

público do estado de São Paulo, nos escrevem e nos pedem que esta Assembleia Legislativa, que há muito tempo não delibera assuntos de interesse da população do estado de São Paulo, delibere o PDL 22. Eu assumi recentemente a liderança da bancada do PSOL, Partido Socialismo e Liberdade, aqui.

E quero dizer que a minha liderança vai focar e batalhar para que seja pautado o PDL 22, em caráter de justiça aos servidores públicos e também em caráter de justiça a um parlamentar desta Casa, o deputado Carlos Giannazi, que há muito tempo não tem um projeto seu colocado em votação aqui na Assembleia Legislativa. (Manifestação nas galerias.) Então, contem comigo e contém também com o nosso mandato para essa batalha.

E por falar em batalha, uma outra batalha está acontecendo também entre a juventude do estado de São Paulo. O empobrecimento da população é real. A auto-organização dos jovens também é.

E as batalhas de rima têm sido, nos últimos anos, a forma como a juventude, sobretudo periférica, se encontra nos centros urbanos para contar a sua própria realidade, ter um pouco de acesso a lazer, arte e cultura.

Desde que as cidades voltaram a realizar eventos, a gente assistiu ao carnaval, a gente assistiu recentemente às festas juninas e quermesses. As batalhas de rima também voltaram a se auto-organizar, e têm sido perseguidas pela gestão municipal.

Eu visitei algumas, em Barueri, em Osasco, uma muito famosa e exemplo de formação de muitos jovens críticos, que é a Batalha da Matrix, em São Bernardo, que é autogestionada, bem organizada, que tem funcionado sem microfone, que tem encerrado religiosamente às 22 horas, para seguir a Lei do Silêncio, tem sido impedida de se organizar e existir, pela gestão municipal.

Foram muitos os argumentos. Pandemia, queriam regulamentar como eventos, para taxar os organizadores, e agora, de forma preconceituosa e discriminatória, o organizador da Batalha da Matrix, de São Bernardo, foi multado em 15 mil reais, pela organização das duas últimas batalhas de rima, que eu inclusive estive presente.

Repito, as batalhas de rima são uma forma como os jovens periféricos se encontram, acessam o centro e as praças da cidade, é como exercem a forma crítica de pensar sobre a sua realidade e contar a sua própria história. Estão encerrando antes das 22, estão usando volume baixo, muitas vezes sem microfone. E, sem nenhuma comprovação, a prefeitura de São Bernardo acusa um dos organizadores de crime ambiental, por excesso de volume sem comprovar, sem apresentar nenhum laudo técnico de medição sonora.

E o nosso mandato vai defender a Batalha da Matrix, a Batalha de Osasco, a Batalha de Barueri, a Batalha de Salto, e todas as outras batalhas históricas, que são a forma como os jovens exercem o seu direito a cidade, e que merecem usufruir a cidade sem discriminação. Também aqui a minha solidariedade aos organizadores da batalha.

Por fim, 30 segundinhos, presidente, para dizer que semana passada, eu não vou nem comentar o que foi a organização do Conselho de Ética, porque isso mexe também, na forma como a vítima é sempre revitimizada, discriminada etc..

E esta Casa se negou a avaliar um caso de racismo, mas o Ministério Público Federal não, e requereu que a Procuradoria Regional Eleitoral tome providências ao crime que aconteceu aqui na Assembleia Legislativa. Da mesma forma, pede providências à ONU, e, da mesma forma, está mobilizada a seção eleitoral, a comissão eleitoral da OAB, para que nenhuma outra mulher e que nem outro negro seja vitimado por discriminação na cena vexatória com que ficou conhecida aqui contra mim, e não é só contra mim.

Eu acho que, à medida que mulheres, negros e negras, pessoas LGBTQIA+, vão entrando no Parlamento, isso fala da nossa história recente. Nossa presença e nossas causas são estranhas. E aí, os donos do poder reagem com violência. Isso ficou bastante exemplificado.

Eu fui denunciado transfobia e sofreu machismo. Gritei, verdade, eu gritei contra o machismo. Eu gritei: “machistas”. E aí, a fim de sacramentar a violência, recebi racismo explícito e televisionado. Se a Casa se recusou a investigar, a Justiça não. E também quero agradecer o trabalho árduo do Ministério Público Federal, para garantir a permanência de mulheres, negros e negras, eleitos nos parlamentos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigada, Sra. Deputada.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, só para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - É regimental, Sr. Deputado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, primeiro, aqui parabenizar a deputada Monica Seixas, e agradecer a ela o apoio que ela tem dado, desde o primeiro dia, ao nosso PDL 22, na nossa luta contra o confisco das aposentadorias e pensões.

Sr. Presidente, queria também dizer que eu estou indo em várias escolas da rede estadual, da rede municipal de São Paulo e a situação é grave, nós estamos vivendo uma quarta onda da Covid.

Nós temos muitos alunos contaminados, muitos professores, servidores contaminados, e há uma omissão, Sr. Presidente, do Poder Público, tanto do estado, como das prefeituras em geral.

Nós não temos protocolos. Ou, quando existem os protocolos, eles não são seguidos, Sr. Presidente. Então nós estamos exigindo que as Secretarias de Educação exijam agenda a obrigatoriedade do uso de máscara. Não é só recomendar o uso. Tem que exigir novamente o uso de máscaras nas nossas escolas públicas e privadas.

Esse é um ponto importante. Tem que ter testagem em massa das nossas escolas. Também temos que exigir o comprovante de vacinação das pessoas. A vacina salva vidas, a vacina é fundamental. Se estamos aqui hoje, é porque existe a vacina, existe a ciência, e isso é fundamental também. São exigências básicas que devem ser feitas e orientadas pelo poder público.

Também os protocolos devem ser respeitados quando há uma classe contaminada, alunos contaminados em uma sala. Hoje, por exemplo, nós teríamos a visita da Escola Estadual Paulino Nunes Esposo. Essa escola não veio porque - recebi a notícia agora - os alunos estão contaminados e o professor está contaminado também.

Muitas escolas não estão fazendo o levantamento das aulas até que a situação se resolva. A orientação que deve ser dada, inclusive pelos médicos, pelos sanitaristas, é de que, em um caso como esse, quando tem uma escola com alto grau de contaminação, uma sala, você tem que suspender as aulas presenciais. As aulas voltam a ser remotas até que a situação seja normalizada.

Isso não está acontecendo e a contaminação está - repito - tomando conta das nossas escolas públicas e privadas por omissão do estado de São Paulo, da Secretaria de Educação, e também dos municípios.

Todos estão lavando as mãos, porque ninguém quer agora se indispore. Estamos há alguns meses da eleição e os nossos governantes de plantão estão com medo de tomar medidas, que não são impopulares, são medidas necessárias em defesa da saúde e da vida de toda a comunidade escolar.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigada, Sr. Deputado.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Presidente, não havendo mais inscritos, queria pedir o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigada, Sra. Deputada. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, havendo acor-

do de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e dois minutos.

\*\*\*

## 15 DE JUNHO DE 2022 58ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GIL DINIZ, PAULO LULA FIORILO e MAJOR MECCA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - GIL DINIZ

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - CORONEL TELHADA

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - PAULO LULA FIORILO

Assume a Presidência.

5 - GIL DINIZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - LETICIA AGUIAR

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - GIL DINIZ

Assume a Presidência.

8 - ENIO LULA TATTO

Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - MAJOR MECCA

Assume a Presidência.

10 - JANAINA PASCHOAL

Por inscrição, faz pronunciamento.

11 - PAULO LULA FIORILO

Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - CORONEL TELHADA

Por inscrição, faz pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

13 - GIL DINIZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

14 - GIL DINIZ

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

15 - PRESIDENTE MAJOR MECCA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 20/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gil Diniz.

\*\*\*

- Passa-se ao PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente.

Iniciando aqui a lista dos oradores inscritos no Pequeno Expediente, convido a fazer uso da palavra o nobre deputado Castello Branco. (Pausa.) Nobre deputado Dr. Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Nobre deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.)

Nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Nobre deputado Caio França. (Pausa.) Nobre deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Nobre deputado Sargento Neri. (Pausa.) Nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Nobre deputado Major Mecca. (Pausa.) Nobre deputado Carlos Giannazi.

Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Assembleia, fui procurado por integrantes da comunidade escolar da Escola Estadual Alberto Torres, uma escola que fica na região do Butantan, perto da USP, e a comunidade está muito preocupada. Sr. Presidente, que ela recebeu uma informação que estou inclusive checando.

Liguei hoje para a Diretoria de Ensino, porque a escola recebeu a informação de que a escola será fechada, uma escola estadual tradicional, uma escola antiga da região, que já formou milhares de alunos na área do Ensino Fundamental, na área do Ensino Médio pode ser fechada.

Essa foi a informação que a comunidade escolar recebeu, e a escola será fechada porque será construído um estacionamento de um Parque da Ciência do Instituto Butantan, porque a escola fica exatamente ao lado do Instituto Butantan.

Eu fico perplexo com isso, primeiro que não se fecha uma escola no estado de São Paulo. Escola pública não se fecha; nós precisamos de mais escolas, não de fechamento de escola.

Nós sabemos que a política do PSDB sempre foi pelo fechamento de salas, de turmas, e até mesmo de escolas. O grande sonho do PSDB é fechar escolas em São Paulo, e ele tenta, a todo momento, mas tem empicchio legal.

Nós temos uma Constituição Federal dizendo que direito à educação básica é um direito fundamental. Nós temos uma LDB; nós temos o Plano Nacional de Educação, a Constituição Estadual, o nosso Plano Estadual de Educação. Então há toda uma legislação que proíbe, na prática, o fechamento de escolas.

E há demanda, é uma escola que funciona, uma escola que atende alunos, e é uma escola inclusive que faz parte dessa propaganda do governo, é uma escola PEI, ainda por cima, mas essa escola recebeu uma informação, quer dizer, a comunidade escolar recebeu a informação de que a escola pode ser fechada para abrigar um estacionamento.

Agora, o que mais me intriga, e intriga também a própria comunidade escolar, é que a escola estava passando por uma reforma e essa reforma foi paralisada do nada, sem nenhum tipo de explicação. Tenho aqui as fotos da escola, eu gostaria que... Ah, elas já estão aparecendo.

A escola foi fundada em 1932, a primeira escola rural de São Paulo, referência de ensino técnico agrícola no Butantan por três décadas. Essa é a escola que deu lugar à Escola Estadual Alberto Torres e hoje ela trabalha com o ensino médio.

Então, essa escola, gente, pode ser fechada pelo governo estadual, porque o governo estadual quer construir um parque de ciência, um parque ligado ao Instituto Butantan. Vai precisar da escola para construir um estacionamento e vai transferir esses alunos para algum lugar, alguma outra escola, o que é um verdadeiro absurdo.

Então, estou pedindo esclarecimentos para a Seduc, para a Secretaria da Educação do Estado, para a Diretoria de Ensino - que eu liguei hoje; estou esperando resposta, não tive ainda uma resposta concreta - e, também, para o Instituto Butantan, porque nós não podemos admitir que uma escola que atende alunos do ensino médio seja fechada para que haja a construção de um estacionamento de carros do instituto, desse parque de ciências.

Aí, o Instituto Butantan, junto com o Estado, tem que buscar uma outra alternativa. Nada contra o Instituto Butantan, tudo a favor. Inclusive, o Instituto Butantan foi o pai da vacina, não foi o Doria; o Doria não foi pai de nada.

Aliás, o Doria, deputado Telhada, queria vender o Instituto Butantan. Em 2019, ele levou o Instituto Butantan para aquele encontro em Davos, com o Paulo Guedes, e anunciou a venda.

Estava colocando o Instituto Butantan em liquidação. Até soltou um vídeo em inglês - me lembro, está na internet - vendendo o Instituto Butantan, que é um instituto centenário. Mas foi o Instituto Butantan que fabricou a vacina, então, o pai da vacina não foi o Doria, foi o Instituto Butantan.

Então, tudo a favor, nossa defesa intransigente do Instituto Butantan. Agora, nós não vamos aceitar que uma escola seja fechada, seja destruída e transformada num estacionamento de um parque. Isso é um absurdo total. Nós vamos mobilizar, acionar o Ministério Público estadual, o Tribunal de Contas, a nossa Comissão de Educação aqui, também.

Então, só para concluir, Sr. Presidente, então tem um laboratório que estava sendo construído e ele foi abandonado. Só mostrando de novo, Machado, a foto aqui, só para que as pessoas possam ver que esse laboratório foi abandonado na sua reforma, na sua construção, que essa parte... Próxima foto. A próxima, ainda. Esta aqui, olhe: aqui é um laboratório que está desativado, sem nenhum tipo de explicação. Então, nós queremos explicações da Seduc, da Diretoria de Ensino e do Instituto Butantan.

Peço, Sr. Presidente, para que cópias do meu pronunciamento sejam encaminhadas à Secretaria Estadual da Educação e as informações sejam remetidas aqui ao nosso gabinete.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputado Carlos Giannazi. Convido a fazer o uso da tribuna, seguindo a lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.)

A nobre deputada Márcia Lula Lia. (Pausa.) A nobre deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) O nobre deputado Coronel Telhada. Quer falar agora, deputada Janaina? Então, nobre deputado Coronel Telhada. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, assessores e funcionários aqui presentes, policiais militares, policiais civis aqui presentes, todos que nos assistem pela Rede Alesp. Hoje é quarta-feira, dia 15 de junho de 2022.

Eu quero começar aqui... Normalmente, nós somos aqui contumazes e até contundentes nas nossas críticas ao Governo, porque a nossa função, como deputados, é acompanhar, fiscalizar, cobrar também o Poder Executivo, mas hoje vim agradecer ao governador Rodrigo Garcia, porque foi publicada hoje a abertura de concurso público, para a Polícia Militar adotar as providências necessárias à abertura de concurso público para o provimento, no exercício de 2023, de 11 cargos vagos do quadro de 2º Tenente Músico PM, posto do quadro de oficiais músicos.

Pois bem, essa é uma demanda que nós estamos há anos. Logo que o governador Doria assumiu o governo, na campanha, nós já havíamos conversado com ele, e ele prometeu fazer. Infelizmente, o governador Doria não cumpriu as promessas que fez, não só comigo, mas com todo mundo. Foi um fiasco no governo de São Paulo.

Mas eu quero agradecer o governador Rodrigo Garcia, que de pronto já nos atendeu, não só a mim. Eu sei que vários deputados estavam pedindo isso. Sou aqui também reconhecido à ação do Coronel Camilo, Secretário Adjunto de Segurança Pública, que trabalhou forte nisso. Também há tempos ele vinha cobrando isso do governador, e hoje foi autorizado.

Para vocês terem uma ideia, a Polícia Militar tem dois oficiais: um major e um capitão músico. Só, não tem mais ninguém. Por quê? Porque o quadro estava sem concurso, as pessoas foram aposentando. Tanto que esses dois oficiais músicos já estão com tempo vencido, inclusive, e não foram embora para o serviço não parar.

Então eu quero agradecer à Polícia Militar, à Secretaria de Segurança Pública, e ao governador do Estado, pela abertura desse concurso, que vai dar um desafoço no corpo musical da Polícia Militar, que é muito importante.

Também quero agradecer porque hoje foi autorizado, à Polícia Militar, a abertura de concurso público para o provimento de 2 mil e 700 cargos vagos de soldado PM, segunda classe, para ingresso em novembro de 2023. O prazo é longo porque tem o concurso, tem todas as provas, mas nós sabemos do claro que existe na Polícia Militar.

Atualmente, salvo engano, não chegam a 82 mil homens. Ou seja, um claro de mais de 11 mil homens e mulheres. É necessário um recompletamento, porque a situação está muito complicada, principalmente, não só na Capital, mas no interior também.

Tem cidades que nós temos um ou dois policiais. As vezes, um policial trabalhando 24 horas, o único policial na cidade. Então é necessário, é urgente o recompletamento do efetivo da Polícia Militar.

Quero cumprimentar também o meu amigo João Medeiros, que está conosco aqui. Hoje está até com uma camiseta fazendo homenagem para a gente, fazendo claque. Tudo bem que é uma pessoa só, mas é alguma coisa. Obrigado, João. Bem menos você está torcendo pela gente, obrigado pelo apoio. Um abraço a todos os colegas da Cohab. Obrigado pela sua presença, amigo João Medeiros.

Pus agora na tela, Gil. Você já pôs Machado? Isso aí, está o nosso pedido de 2020, dos músicos. Porque a gente tem que mostrar. É interessante, deputado, a gente fala, e muita gente não acredita.

Acham que nós estamos inventando. “É mentira, ele não fez isso, não fez aquilo.” A gente é obrigado a trazer para mostrar. Então nós temos uma indicação. Eu tive várias indicações. Essa é de 2020, pedindo a abertura do concurso para a vaga de oficiais músicos. E também o outro, para que fosse completado.

Pode pôr a próxima por favor, Machado? Essa aí é outra, mas nós também pedimos. Isso aí é o seguinte, gente. Nós fizemos uma indicação para a revogação do inciso 4 do Art. 10 da Lei nº 1.245, de 2014, aquela lei que fala sobre o bônus.

Nós estamos pedindo para que seja revogado esse inciso, para que os policiais das escolas de formação também recebam bônus. Da Escola de Soldados; salvo engano, da Escola de Sargentos, parece que já recebem; a Escola de Oficiais.

Porque eles também trabalham no policiamento, fazem operações nas áreas, e não estão recebendo essa bonificação. Então, nada mais justo que todos sejam tratados iguais. Por isso que nós pedimos a revogação desse inciso, para que esses policiais possam também receber essa gratificação.

Como notícia, também trago o nosso Projeto de lei nº 284, de 2022. Eu sou motociclista, e nós temos várias ações em favor do motociclista. Inclusive, a Lei nº 17.201, que fala sobre a proibição de venda, uso e fabricação da linha cortante de cerol.

Esse projeto de lei, nós estamos pedindo a criação de cabines exclusivas de pedágios, nas praças de pedágio do estado de São Paulo. Porque tem acontecido muito acidente com motociclista no pedágio. Em alguns lugares não tem um caixa exclusivo para os motociclistas. Em outros lugares, onde tem o caixa, ele não está no local apropriado.

Então já são várias notícias, que nós temos, de pessoas que estão paradas no pedágio, e acabam sendo atropeladas por caminhões e por veículos que estão em trânsito. Então é necessária a criação dessas cabines exclusivas para motociclistas nas áreas de pedágio.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Paulo Fiorilo.

\*\*\*

Como notícia também, Sr. Presidente, para finalizar: ontem nós fizemos aqui um evento de reconhecimento de personalidades militares e civis. E nós entregamos, junto com a Associação das Forças de Paz do Brasil - quero agradecer ao Dr. Walter Mello Vargas, presidente da associação, que tem essa parceria conosco aqui - quase 40 condecorações. Nessa foto, estou com os policiais de Sorocaba.

Os policiais de Sorocaba que estavam aí ontem são o tenente Luiz, o cabo Marcos e o soldado Jesus Magaldi, que estiveram conosco. Parabéns não só a esses policiais, mas a todos os que foram homenageados ontem.

Hoje, dia 15 de junho, é o Dia Mundial da Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa. É uma coisa que nós temos que lembrar sempre aqui: ter em mente os cuidados não só

com as crianças, mas com as pessoas idosas também. Então, hoje é o Dia Mundial da Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa.

E também é o aniversário da cidade de Piquete, lá no alto da Serra da Mantiqueira, perto do Vale do Paraíba. Um abraço aos amigos e amigas da querida cidade de Piquete.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpa o tempo excedido.

O SR. PRESIDENTE - PAULO LULA FIORILO - PT - O senhor é inimputável, deputado.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Isso é bom ou ruim?

O SR. PRESIDENTE - PAULO LULA FIORILO - PT - Pergunte à deputada Janaina. Próximo orador inscrito é o deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputada Carla Morand. (Pausa.) Deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Deputado Vinícius Camarinha. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. Tem o tempo regimental do Pequeno Expediente. Com a palavra, deputado.

O SR. GIL DINIZ - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, nobre deputado Paulo Fiorilo. Cumprimento aqui os deputados presentes no Pequeno Expediente, deputado Coronel Telhada, deputada Janaina Paschoal, deputado Enio Tatto. Cumprimento nossos assessores, nossos policiais militares e civis, público aqui na galeria e quem nos assiste pela Rede Alesp.

Presidente, retorno a esta tribuna, até para dar ciência à Casa: semana passada, ou foi na segunda-feira, eu falei sobre uma questão da Comissão de Cultura, em que eu fui cerceado da palavra, justamente por conta de um ato de Mesa da Presidência desta Casa que não permite que deputados que não são titulares nas comissões, deputado Enio Tatto, participem dessas comissões.

Então, eu dou ciência à Casa, aos pares, à minha bancada, de que, no que for possível, eu vou obstruir todos os trabalhos enquanto esse ato não seja revogado. Ao menos o Art. 10 do Ato no 26 seja alterado, para que todos os deputados possam participar das comissões. Os deputados que querem trabalhar, deputado Enio Tatto, estão sendo cerceados no seu direito. Vejam só: por um ato de Mesa.

Trouxe aqui no celular todos os artigos da nossa Constituição e principalmente do Regimento Interno, que tratam sobre os trabalhos, que regulamentam os nossos trabalhos aqui em plenário e nas comissões. E trouxe o Ato de Mesa no 26, de setembro de 2021. Um ato de Mesa não pode ser superior, deputado Fiorilo, ao nosso Regimento. É inadmissível que um deputado seja cerceado de participar de uma comissão de mérito.

Imagine só, deputado Coronel Telhada: o senhor tem um projeto que é de extrema importância para o seu mandato. Só que o senhor não faz parte da CCI. E o senhor sabe que de repente se formou uma maioria de ocasião ali para derrubar o seu projeto.

Se a reunião for virtual, V. Exa. não tem o direito de sequer adentrar a comissão para explicar para os pares a importância do seu projeto. Isso não existe em Parlamento nenhum do mundo. Isso não existe na Zâmbia, isso não existe na pior das democracias.

A gente não pode permitir que isso continue sendo feito aqui no estado de São Paulo. Relatei aqui, deputado Enio Tatto: eu queria cobrar o secretário Sá Leitão, secretário de Cultura aqui em São Paulo.

A nossa Constituição prevê que os secretários venham a esta Casa e prestem esclarecimentos dos seus trabalhos. E o Sá Leitão veio - virtualmente, obviamente. Eu tinha várias indagações, só que tinha uma em que ele próprio me cita na comissão por várias vezes.

O secretário ficou mais de 10 minutos falando de uma questão deste deputado e finalizou a sua fala, deputado Paulo Fiorilo, dizendo que a ação que eu movi contra a Fundação Odeon foi movida por preconceito.

E este deputado, membro deste Parlamento, eleito pelo povo de São Paulo, não pôde sequer, Major Mecca, contrapor a fala de um secretário que não teve voto nenhum e que viria aqui a este Parlamento explicar os seus trabalhos.

Eu não pude questionar a relação do secretário com a fundação, com a OS Odeon. Eu não pude, como parlamentar representante do povo de São Paulo, fiscalizador do Executivo, questionar aquele contrato de 30 milhões de reais e ao menos me defender dos ataques do secretário por conta de um ato de Mesa aqui deste Parlamento.

Lembrando você, cidadão paulista que está em casa, que as comissões virtuais servem para nos auxiliar aqui nos trabalhos para que, durante a pandemia, Mecca, nós conseguíssemos trabalhar, ainda que virtualmente, das nossas bases, se fosse o caso, das nossas casas, para que o trabalho não parasse. Só que nem quórum os deputados estão dando nas comissões virtuais.

Nós precisamos exigir também que, se os deputados não estão usando a ferramenta virtual, que se extinga, que acabem com ela, que seja presencial, que nós voltemos aos trabalhos normais neste Parlamento. Agora, é inadmissível que se utilizem desse pressuposto, desse argumento da ferramenta virtual para cercear um direito legítimo dos deputados nesta Casa.

Então já deixei aqui de antemão para que nenhum dos pares reclame comigo. Peço o apoio de todos aqui para que se altere esse ato, para que nós possamos tirar essa excrecência, o Art. 10 desse Ato de Mesa nº 26, de setembro de 2021. Senão, no que for possível, vou obstruir todos os trabalhos, dentro, obviamente, das minhas possibilidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - PAULO LULA FIORILO - PT - Obrigada, deputado Gil Diniz. O próximo orador é o deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputada Leticia Aguiar. Tem a palavra a deputada Leticia Aguiar pelo tempo regimental do Pequeno Expediente.

A SRA. LETICIA AGUIAR - PP - Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento todos os colegas aqui presentes, cumprimento todos os servidores e os que nos assistem pela Rede Alesp.

Pois bem, está tramitando aqui na Casa a PEC 02, uma PEC importante que reconhece de fato os nossos agentes penitenciários como a nossa Polícia Penal. Essa é uma pauta que nós defendemos já há muito tempo. É importante.

Estive, inclusive, cerca de 20 ou 30 dias atrás, conversando com agentes penitenciários, e foi reforçada essa necessidade, essa nomenclatura de Polícia Penal. Isso tem o nosso completo apoio.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Gil Diniz.

\*\*\*

Conversando com a deputada Janaina Paschoal, aqui presente, ela sabe que eu sou uma grande defensora das guardas municipais por conta do trabalho importante que realizam no policiamento em conjunto com as demais polícias do Estado.

Eu sou presidente da Frente Parlamentar em Defesa e Valorização das Guardas Municipais do Estado, justamente para não apenas reconhecer a importância das nossas polícias nos municípios, que são as guardas, mas também com o objetivo claro de que eles estejam amparados diante